

Saraiva Guerreiro: País deve voltar a negociar com o FMI

A volta das negociações com o Fundo Monetário Internacional foi defendida ontem pelo embaixador e ex-chanceler Saraiva Guerreiro da comissão de assessoramento presidencial para o problema da dívida externa. Ele lembrou que o País é membro do FMI e que é natural que o organismo procure dar alguma garantia aos credores de que os empréstimos serão honrados pelos tomadores.

Falando sempre muito evasivamente, Saraiva Guerreiro disse aos

parlamentares, na Sub-Comissão de Soberania, Nacionalidade e Relações Internacionais, que acha difícil especificar qualquer condição para o pagamento da dívida, no texto constitucional. Ele pensa que o Congresso deverá apenas encontrar uma maneira de se informar e acompanhar o problema do endividamento externo. Não concorda também com a aprovação prévia do Congresso para os empréstimos.

O deputado Paulo Macarini (PMDB/SC) explicou ao ex-chance-

ler que a tendência generalizada entre os constituintes é de colocar na nova Carta, a obrigatoriedade de se fazer uma auditoria internacional para saber a origem da dívida, condicionar seu pagamento do serviço a 1% do PIB ou a determinada percentagem do superávit comercial, além de se fixar um prazo de carência de cinco anos para o pagamento dos juros com um limite de 40 anos para pagar o saldo total, preservando a soberania brasileira.

Saraiva Guerreiro frisou que o Brasil não pode ser soberano sobre os outros países e que a questão da soberania depende das relações internacionais, não sendo possível impor medidas unilaterais. Ele rejeia qualquer artigo constitucional específico sobre a dívida externa. Para Guerreiro, os dispositivos constitucionais, mencionados por Paulo Macarini, vão acabar contrariando nossos interesses, nos impedindo de negociar deixando o País com as mãos atadas.